

Interessados em derrotar o governo, parlamentares aprovaram em Brasília um prejuízo de quase 5% da dívida externa brasileira.

Conta do Congresso pode ser de Cr\$ 700 bi

Ao longo do próximo ano o Governo Federal vai gastar pelo menos Cr\$ 700 bilhões — o correspondente a US\$ 5 bilhões no câmbio paralelo ou quase 5% da dívida externa brasileira — se apenas quatro das medidas aprovadas no Congresso, nesta semana, forem efetivadas. A generosidade dos parlamentares que, interessados em derrotar o governo, debitarão essa fatura adicional na conta de todos os contribuintes, abrange uma parcela mínima de aproximadamente 6 milhões de pessoas entre os 145 milhões de brasileiros.

As medidas aprovadas beneficiam mais de 5 milhões de aposentados e pensionistas da Previdência Social, 550 mil servidores públicos, perto de seis mil funcionários e 495 deputados da Câmara — e, de quebra, privilegiam 280 moínhos ao ressuscitar o cartório do trigo que o governo pretendia enterrar. Entre as quatro decisões, pelo menos duas já contam com um futuro praticamente assegurado: o novo Estatuto do Servidor da União e o aumento dos salários de funcionários e deputados da Câmara.

Aval do governo

O novo Estatuto do Servidor conta com o aval do próprio governo. Ele premiará cerca de 550 mil pessoas com a liberação do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) nos próximos cinco anos e distribuirá quase uma centena de benesses. Técnicos da Secretaria da Administração Federal estimam que o valor total dos depósitos do FGTS chegue a Cr\$ 525 bilhões. Essa montanha de dinheiro estará à disposição dos servi-

dores em parcelas de 20% ao ano, isto é, já Cr\$ 105 bilhões aproximadamente em 1991.

O governo deixará de recolher os 8% do FGTS e 22% da Previdência Social sobre os salários desses 550 mil servidores — o que representa Cr\$ 22,3 bilhões de uma folha de Cr\$ 74 bilhões mensais. Mas, com a mudança do regime do contrato de trabalho, hoje vinculado à CLT

(Consolidação das Leis do Trabalho) para o novo Estatuto, a medida permitirá que os servidores se aposentem com o valor do último salário integral. Pela CLT, eles teriam um valor máximo de Cr\$ 52 mil mensais de benefício. Assim, quando os 550 mil se aposentarem levarão salários inteiros e a folha de inativos crescerá em Cr\$ 74 bilhões por mês. Cerca de 50 mil servidores

pretendem, desde já, tomar esse caminho.

Rombo

“As contas ainda não foram feitas”, admite o secretário João Santana, da Administração Federal, que apoiou a aprovação do estatuto como representante do Governo. Os números, contudo, já são exatos em relação a

outra medida com futuro quase assegurado: o valor da folha de pagamentos da Câmara saltará 84,32% numa tacada, passando de Cr\$ 2,3 bilhões para Cr\$ 4,7 bilhões por mês. Isto representará um desembolso de mais Cr\$ 31,2 bilhões ao longo de 1991, segundo cálculos do deputado José Genoino (PT-SP) contrário ao aumento que foi baseado no argumento da reposi-

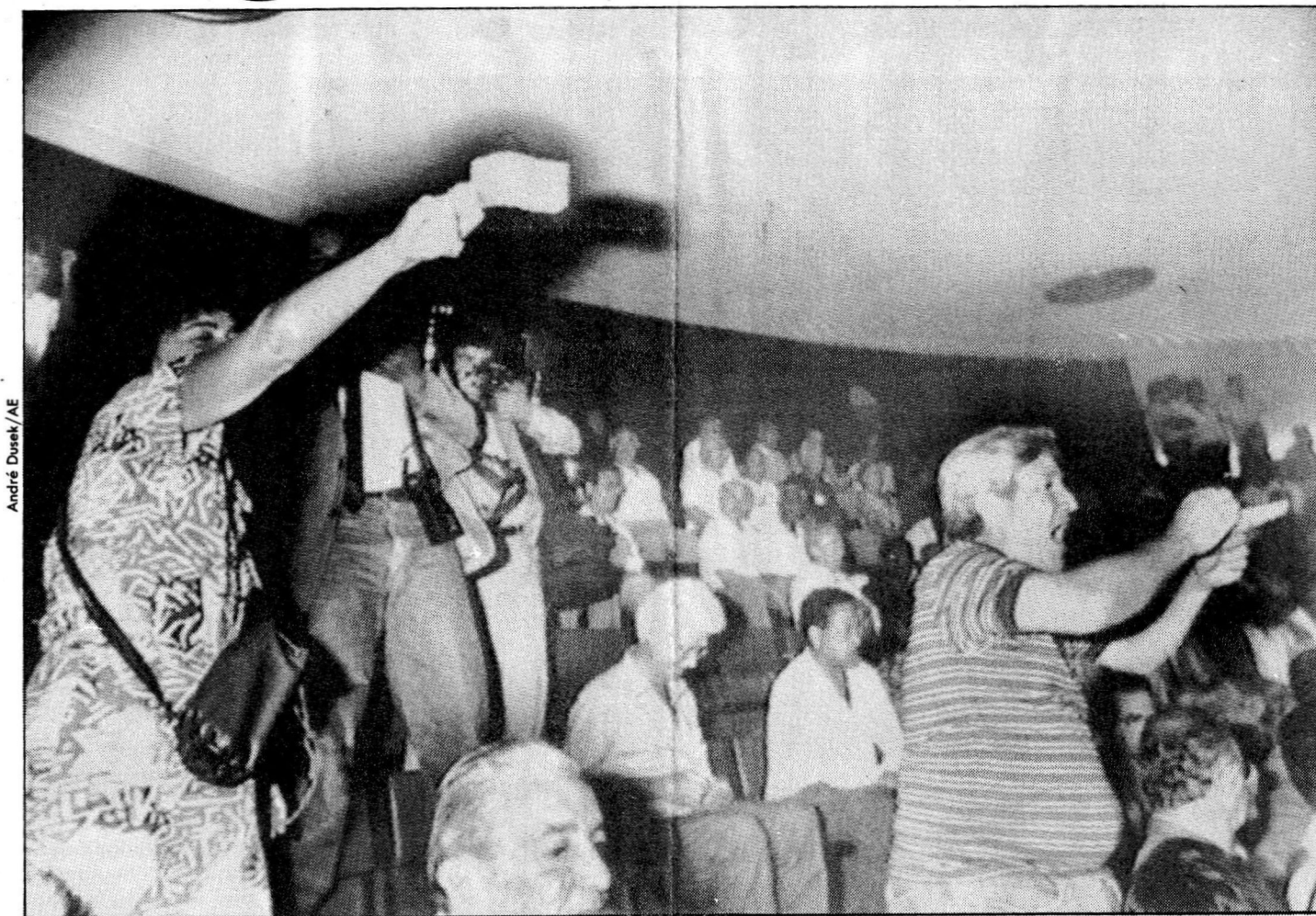
ção da inflação oficial de março de passado aos salários.

Futuro incerto

A fatura será engrossada com mais Cr\$ 500 bilhões aproximadamente, que serão distribuídos entre mais de cinco milhões de aposentados e pensionistas da Previdência Social. A medida tem futuro incerto porque, embora aprovada no Congresso, poderá ser vetada pelo presidente da República. Ela indexa o valor dos benefícios ao salário mínimo, que tem, por lei, um aumento real, isto é, acima da inflação oficial, de 3% ao mês ou 43% ao ano. Em contrapartida, a receita da Previdência, baseada na contribuição dos assalariados, ficará indexada à inflação oficial.

Carga adicional

“O rombo é grande e a situação está complicada”, afirma Celcino de Carvalho Filho, diretor do setor de previdência social do Ministério do Trabalho e Previdência Social. A carga das despesas é ainda maior porque os parlamentares decidiram elevar também o valor de todos os benefícios para um salário mínimo, atingindo os mais de 5 milhões de segurados que recebem valores abaixo desse patamar. O novo benefício vigoraria já no mês que vem, isto é, impondo uma carga adicional de Cr\$ 30 bilhões, segundo Celcino, ainda neste ano. Por fim, também sujeita a veto está a decisão de ressuscitar o cartório do trigo o que representará outra torneira aberta por conta dos subsídios sempre debitados na conta dos contribuintes.



Aposentados e funcionários públicos exibem dinheiro para os parlamentares, durante a votação no esforço concentrado. Uma pressão que custou caro aos cofres públicos.